

Dívida: o Brasil pede redução de juros.

O pedido está no discurso de Saraiwa Guerreiro em Quito, junto com outro recado aos credores: os sacrifícios da crise devem ser melhor divididos.



O vice do Peru e presidentes da Colômbia, Equador, R. Dominicana e C. Rica.



Saraiwa Guerreiro



Técnicos que participam da parte econômica da reunião de Quito

Senhores, Tenho prazer em trazer-lhes as saudações do presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, e seus sinceros votos de êxito para os trabalhos desta importante conferência. O chefe do governo brasileiro acompanhou desde o primeiro momento, com vivo interesse e simpatia, os preparativos para esta reunião, tão oportunamente convocada pelo senhor presidente do Equador. Sinto-me por isso particularmente honrado com a incumbência de representar o Brasil nesta ocasião.

Esta Conferência Econômica Latino-Americana ocorre no momento mais difícil vivido por nossos países em mais de meio século.

Pela primeira vez em muitas décadas, encontramos-nos em período prolongado de estagnação e mesmo retrocesso econômico.

Pela primeira vez em muito tempo, falta a nossos países a perspectiva do desenvolvimento.

Pela primeira vez, após intenso processo de integração à economia internacional, somos confrontados com dramáticas restrições, quando antes, mal ou bem, se nos abriam oportunidades de acesso aos mercados comerciais e financeiros internacionais.

Pela primeira vez, enfim, sentimos materializarem-se, em toda sua força e extensão, os vícios e precariedades de um sistema internacional que há muito denunciávamos como instável, mas que não supuséramos pudesse vir a depositar sobre nossos ombros, de maneira tão abrupta e desproporcional, a pesada carga de suas disfunções.

A crise que vivemos resulta essencialmente da dependência econômica e da vulnerabilidade externa.

Suas origens imediatas não estão em carências e limitações intrínsecas à constelação de recursos e à estrutura produtiva de nossos países, embora carecesse esta de reajustes, mas sobretudo em inusitada conjunção de fatores externos adversos.

Cada um de nossos países tem, intransferivelmente, a responsabilidade de corrigir os desequilíbrios de estruturas econômicas e sociais que apresentam aspectos injustos — mas o que hoje nos retine é a necessidade de procurar respostas comuns aos novos desafios e obstáculos que o comportamento atual da economia internacional coloca diante de nossos esforços de superação do subdesenvolvimento, por vezes agravando as distorções a ele inerentes.

Senhores, Nos anos 70, enquanto as economias desenvolvidas experimentavam baixas taxas de crescimento, os países do Terceiro Mundo, e especialmente as economias latino-americanas, cresciam rapidamente. Pela primeira vez, atenuou-se então a vinculação estreita entre o crescimento do Norte e o do Sul, deixando a expansão dos países em desenvolvimento de ser mero reflexo do crescimento do Norte. Tal crescimento acelerado foi possível graças à crescente vinculação de nossos países ao sistema econômico internacional, tanto pelo lado comercial, onde a participação dos países em desenvolvimento no comércio mundial aumentou e se diversificou, incrementando-se também seu comércio recíproco, quanto pelo lado financeiro, onde a disponibilidade de recursos na rede bancária privada permitiu-nos financiar vultosos programas de ajustamento às novas realidades do setor energético a que fomos forçados pela elevação dos preços do petróleo.

Se foi a América Latina que, por seu maior grau de desenvolvimento, abertura e entrosamento com o sistema internacional, obteve ao longo dos anos 70 maiores taxas de crescimento, aprofundando seu processo de industrialização, é a nossa região, agora, a principal atingida com a ruptura do vínculo entre comércio e finanças. De forma até imprevista e desorganizada, havíamos evitado uma contração brusca de nossas economias e contribuído para sustentar os níveis do comércio internacional. Agora, embora a crise não seja exclusivamente latino-americana, são nossos países que estão a pagar o maior preço do ajustamento requerido por um sistema econômico internacional instável e desestabilizador, e que passou a funcionar de forma ainda mais concentradora em benefício dos países desenvolvidos.

Confrontados com modificação radical do panorama externo, por obra de fatores fora de seu controle, os países latino-americanos são chamados a aplicar políticas de ajustamento que privilegiem os elementos recessivos e visam à abertura de suas economias em condições que podem representar uma reversão dos ganhos do passado em matéria de desenvolvimento e industrialização. Tal recetário, formulado a partir de concepções alheias às especificidades de economias subdesenvolvidas, é aplicado de modo mecânico a países com condições econômicas e sociais distintas, e segundo regras definidas para uma conjuntura econômica internacional diversa da presente.

A gravidade da situação requer sérios sacrifícios, mas o peso do ajustamento não deve recair exclusivamente sobre os países devedores. Por outro lado, as estratégias de ajuste têm que forçosamente ter presente a conjuntura internacional.

Uma coisa é contrair demanda, aumentar exportações e servir à dívida numa economia internacional em expansão, com crescente abertura de mercados, taxas de juros baixas ou até decrescentes e fluxos financeiros em expansão. Outra, muito diferente, é aplicar a mesma estratégia de ajuste em meio a uma recessão internacional que a todos afeta, a um aumento sem precedentes do protecionismo, uma brutal deterioração nos termos de in-câmbio, a mercados em crise em todo o mundo, a taxas de juros inimagináveis e a severa e duradora contração dos fluxos financeiros para os países endividados.

O peso do ajuste desloca-se quase exclusivamente para a contração da demanda, reforçando as características recessivas do processo e inibindo a recuperação da economia internacional. O ônus do reajuste recai pesadamente sobre

O DISCURSO

os países devedores. Enquanto isso, não se nota, infelizmente, de parte das nações credoras, medidas, no plano comercial e financeiro, à altura da responsabilidade substancial que tais nações detêm pelo futuro da economia mundial, da co-responsabilidade a que não se podem furtar pelo problema do endividamento externo, e dos meios superiores de que dispõem. Em recente pronunciamento, o diretor-geral do FMI salientava que “dos 40 bilhões de dólares de melhora no déficit comercial conjunto dos países em desenvolvimento não-exportadores de petróleo, nos últimos dois anos, três quartos representaram redução nas importações” — fato que ilustra de modo enfático a inadequação dos métodos seguidos, em última análise, em detrimento de toda a economia mundial.

O mal-estar de nossa época está longe, porém, de ser exclusivamente econômico: tão real quanto a crise econômica que nos aflije é a crise política no relacionamento entre as nações, caracterizada pela incapacidade da comunidade internacional de deter o acúmulo avassalador de medidas unilaterais e de soluções de força. Claramente aumenta a tensão internacional, quer a nível de conflitos localizados, quer no plano do relacionamento entre as superpotências e as grandes alianças militares.

Nas circunstâncias atuais evidencia-se, mais diretamente, uma inequívoca correlação entre a tensão política e as dificuldades econômicas dos países em desenvolvimento. Se antes, em contexto de expansão econômica, era válido lamentar o desperdício, pelas grandes potências, em armamentos sofisticados, especialmente os nucleares, de recursos que poderiam apressar o desenvolvimento das nações mais pobres, hoje o subdesenvolvimento é diretamente agravado pela adoção, nos grandes centros, de políticas econômicas condicionadas pelas exigências de despesas militares verdadeiramente inéditas. Os grandes déficits públicos em que incorrem mantêm as taxas de juros acima da taxa de rendimento das atividades produtivas dos países que têm dívidas a pagar.

De certa forma, pois, repercute sobre a economia dos países latino-americanos parte considerável dos custos acarretados pela carreira armamentista.

Tal circunstância intensifica e torna mais concreto o interesse que sempre teve a América Latina nas soluções pacíficas duradouras para as tensões de nosso tempo, com base nos princípios da Carta das Nações Unidas, e ao mesmo tempo na preservação de seu espaço político próprio, com a rejeição de ingerências externas e de situações que provoquem superposição de uma dimensão de guerra fria a conflitos regionais, e buscando, em suas próprias raízes, soluções autóctones e autênticas para conflitos e divergências entre nossas nações, que têm mais laços a uni-las do que diferenças a separá-las.

Nossa voz no plano internacional é certamente reforçada em sua autoridade pelas conquistas democráticas que estão a evidenciar a imensa identificação de nossos povos com os valores ocidentais permanentes.

Senhores, A América Latina tem, na crise atual, o dever histórico de contribuir com propostas para a recuperação da economia internacional, e de trabalhar com empenho para a retomada do crescimento econômico da região.

É nesse contexto que vê meu país a importância da iniciativa do presidente Hurtado: neste foro, a solidariedade latino-americana deve mais uma vez permitir alcançar um acordo sobre um conjunto de propostas realistas a nível regional e internacional que a América Latina possa apresentar aos países amigos do Terceiro Mundo e do mundo desenvolvido para fazer frente à crise.

Tal programa teria, no que se refere às questões econômicas globais, duas vertentes: uma, que conteria medidas de curto prazo, para fazer frente à gravidade da situação conjuntural, e outra, que contemplaria medidas mais profundas, de longo prazo, endereçadas a algumas das causas da atual situação e a criar condições para um reordenamento das relações econômicas internacionais em bases mais eficazes e equitativas.

Certos pressupostos básicos deveriam presidir as nossas propostas:

— O crescimento econômico sustentado é condição indispensável para o atendimento das necessidades mínimas de nossas populações e para a estabilidade político-social de nossos países;

— As conquistas alcançadas no processo de industrialização de nossos países em desenvolvimento devem ser preservadas, e continuados com vigor nossos esforços de capacitação autônoma em setores de importância estratégica para o desenvolvimento e a soberania nacionais;

— A conquista de saldos comerciais crescentes pelos países devedores deve ser assegurada, principalmente, pelo crescimento das exportações, evitando-se a excessiva contração das importações;

— É imprescindível o alívio imediato da situação do endividamento externo dos países em desenvolvimento, por alguma forma de redução do serviço da dívida, reduzindo-se, pelo menos, as pesadíssimas sobrecargas dos juros, senão estes mesmos, e fazendo-se um esforço com vistas ao reescalonamento de pagamentos em perspectiva de longo prazo; pelo aumento dos fluxos financeiros e por maior previsibilidade do acesso a recursos.

Dado que a crise atual rompeu o vínculo entre comércio e finanças, e que nas circunstâncias atuais o que se observa é a acumulação de

efeitos recessivos em que, no lado comercial, cada vez mais se restringem as importações dos países em desenvolvimento, e, no lado financeiro, cada vez mais aumentam as remessas como pagamento do serviço da dívida, as propostas no curto prazo devem atacar as duas faces da moeda e tentar recompor o elo comércio-financeiras de uma forma não-recessiva e duradoura. Nesse sentido, dois problemas sobressaem: o protecionismo dos países desenvolvidos, que, ainda no dizer do diretor-geral do FMI, “ameaça lançar o mundo numa espiral recessiva que seria muito difícil reverter”, e o atual nível das taxas de juros nos mercados financeiros internacionais. Ou se atacam frontalmente esses problemas ou não haverá como pensar em soluções de longo prazo.

No plano comercial há que se adotar, a curto prazo, um programa de emergência de abertura dos mercados dos países desenvolvidos para os produtos de especial interesse dos países em desenvolvimento, através de medidas a serem tomadas pelos países desenvolvidos, com vistas à abolição imediata de barreiras ilegais à exportação dos países em desenvolvimento, e à reversão do protecionismo em setores de especial interesse para tais países.

Adotadas tais medidas pelos países desenvolvidos, algumas das quais por tempo definido, ter-se-ia contribuído para restaurar condições para o reavivamento do comércio internacional, graças à ampliação da capacidade de importar dos países endividados (uma vez que suas exportações passariam a crescer em ritmo bem superior ao atual). Estaria lançada assim a base para uma retomada do processo de liberalização do comércio internacional, inclusive mediante eventual nova rodada de negociações comerciais globais. Os países desenvolvidos devem, porém, ter presente a necessidade de definir previamente os termos e condições para a participação dos países em desenvolvimento em tal rodada, através de um processo prévio de redução de barreiras naquelas áreas de interesse específico dos países em desenvolvimento, cabendo a estes contribuições relativas e diferidas no tempo.

É indispensável, com efeito, que se tomem desde logo as decisões políticas necessárias para reverter o protecionismo que se faz sentir, de maneira crescente, sobre os setores onde precisamente vinha ocorrendo deslocamento de vantagens comparativas em favor dos países em desenvolvimento, em produtos como têxteis, siderurgia, calçados, autopeças, entre muitos outros — ou setores onde as vantagens comparativas tradicionais detidas por nossos países são anuladas pelos imensos recursos desperdiçados sob a forma de subsídios à produção e exportação agrícola.

Qualquer processo de liberalização comercial a mais longo prazo só será factível, portanto, se os países desenvolvidos compreenderem ser imprescindível adotar medidas de ajuste estrutural que reduzam sua presença em setores onde suas indústrias não mais são competitivas. Pensar em reverter a presença dos países em desenvolvimento no mercado internacional de certos produtos industrializados, ou congelar tal presença aos níveis atuais, é estratégia miope e autodestrutiva.

Qualquer avanço no campo comercial, contudo, por mais significativo que seja, levará necessariamente tempo para materializar-se e, portanto, não poderá, por si só, aliviar a situação dos países endividados enquanto algo mais amplo não for feito com relação aos quase 800 bilhões de dólares devidos por esses países.

É paradoxal a situação, em que hoje nos encontramos, de, em sendo países pobres e estruturalmente carentes de capital, estarmos a transferir recursos reais para o mundo desenvolvido, subsidiando-lhes a recuperação enquanto vemos drasticamente tolhida nossa capacidade de reavivar nossas economias. Essa é uma situação que não pode ser senão muito transitória. Os ajustamentos que certamente temos de fazer não devem destruir nossa própria capacidade produtiva, para não falar nos riscos sociais e políticos decorrentes.

É urgente encontrar soluções duradouras no interesse tanto dos países devedores quanto dos credores.

É preciso que a comunidade financeira compreenda que seus interesses de longo prazo devem ter primazia sobre ganhos de curto prazo.

É por isso necessário que todas as partes interessadas — governos de países devedores e credores, bancos privados e organizações multilaterais competentes — façam esforços de reflexão com vistas ao encontro de rumos novos e mais adequados para o encaminhamento dos problemas do endividamento externo. Tais esforços devem incluir, sempre que necessário, uma reprogramação de pagamentos devidos, tanto a título de principal quanto de juros — pois sem isso será difícil, senão impossível, a retomada de nosso desenvolvimento, se persistirem graves dificuldades para a ampliação substancial de nossas exportações e a perspectiva de manutenção, no futuro previsível, de taxas de juros elevadas nos mercados financeiros.

As taxas de juros, com efeito, não podem seguir em seus níveis atuais, sob pena de que se tornem inviáveis os esforços já feitos para a administração da dívida dos países em desenvolvimento e se extinga a própria recuperação, incipiente e ainda insegura, que se esboça em alguns países desenvolvidos.

As negociações, respeitadas as características de cada país e o perfil e composição de sua dívida, devem ter em vista um equacionamento

do problema a longo prazo e que permita uma recuperação significativa no nível das reservas do país interessado, sem o que não se criará a necessária estabilidade e tranquilidade para que os países devedores possam atacar a tarefa de reajuste de suas economias e de eventual retomada de seu crescimento econômico.

Senhores, A crise econômica mundial provou que a integração não é um processo isolado em si mesmo. É que os países, em época de crise, tendem a retrair-se, com resultados que realimentam o processo de deterioração de suas relações econômicas e comerciais em geral. Cumpramos, porém, em nome do ideal integracionista de nossos povos, o esforço de evitar, em nosso relacionamento, as tentações dos protecionismos injustificados e das vantagens unilaterais, características dos tempos atuais. Cabe-nos transformar a crise em oportunidade de dinamização da solidariedade e da cooperação entre nossos países.

Creio que, para solucionar as dificuldades que enfrenta o comércio intra-regional, um primeiro passo seria a implementação da preferência tarifária regional, prevista pelo tratado de Montevideo de 1980. Sem pretender abordar pormenores técnicos, cuja discussão cabe ao foro competente — ou seja, o da Associação Latino-Americana de Integração, em cujo âmbito o instrumento deve ser implementado, através do acordo de alcance regional aberto à adesão dos demais países da região não-membros da Aladi — diria apenas que a eficácia da referida preferência está condicionada a determinados requisitos. Primeiramente, que sua criação seja acompanhada de um programa negociado de eliminação gradual de barreiras não-tarifárias, passível, no entanto, de ser cumprido sem exigência irrealistas que o transformem em instrumento inócuo, como o foi a lista comum da extinta Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Em seguida, seria necessário que o mecanismo a ser criado resguardasse os justos interesses de todos os países, segundo seus graus de desenvolvimento, através, no entanto, de fórmulas que não se constituam, na prática, em mais uma restrição não-tarifária, pelo acúmulo de pormenores supérfluos.

Com respeito, ainda, à área do comércio, buscaríamos maximizar as possibilidades de complementação de nossas economias e procurar tirar proveito até mesmo de seus aspectos competitivos. Seria necessário, assim, no quadro da ampliação dos convênios de créditos, recíprocos, vencer os últimos obstáculos, ainda existentes, para que o pagamento de determinados itens essenciais ao nosso desenvolvimento possa ser cursado através da compensação multilateral, quando adquiridos dentro da própria região.

Senhores, Ao comparar a crise de hoje com a dos anos 30, nem sempre se assinala uma diferença em favor dos tempos atuais. E que hoje o desafio mundial encontra a América Latina transformada por um quarto de século de esforços de integração. Esta conferência mesma é um exemplo de coordenação e consulta entre latino-americanos que seria difícil de conceber 50 anos atrás.

Vem de longe a aspiração que, nas últimas décadas, temos tentado transformar em realidade. Bolívar, também neste ponto um antecipador do futuro, viu claramente que o valor da independência só se realizaria em plenitude se fosse acompanhado da unidade.

Integração e unidade são, da mesma forma que desenvolvimento ou democracia, conceitos de vocação global, indivisível. Não devem ser confinados ao domínio do comércio ou da economia sob risco de, mesmo nesses campos, verem o progresso inicial logo perder força e inspiração.

Após quase 25 anos de fase pioneira, já é tempo de que o movimento de integração econômica atinja sua maturidade. Para isso, devemos trabalhar para que, entre nós, as diferenças de opinião ou interesse, quaisquer que sejam os motivos, encontrem sempre encaminhamento e solução através de métodos institucionais. Indispensável é não apenas superar os conflitos, reduzir-lhes o número e a frequência, mas fazer com que a própria hipótese de conflito se torne aos poucos inconcebível.

Só assim haveremos de construir com fatos e ações a confiança recíproca na qual se alicerça a integração. São seus pressupostos a comunidade de destino e de aspirações, a riqueza e diversidade de expressões nacionais harmonizadas pelo denominador comum da identidade latino-americana.

A vitória sobre a desesperança e o pessimismo deve nascer de uma reação baseada na autoconfiança. Não apenas da afirmação da vontade contra a adversidade dos tempos, mas do conhecimento sereno que temos da força, perseverança e vitalidade de que nossos povos, mesmo nos piores momentos, sempre souberam dar provas.

Para outros continentes, a idéia-força que plasmou a unidade foi ora a descolonização e a luta contra o racismo, ora a construção da convivência num espaço geográfico sob ameaça ideológica e militar externa.

Para nós, latino-americanos, o fio unificador, a idéia comum capaz de gerar a unidade e de dar-nos um perfil internacional inconfundível, só poderá ser a renovação do nosso compromisso com um desenvolvimento pleno e equilibrado, fonte de bem-estar e de justiça. E hora de forjar conceitos novos que atualizem o ideário do desenvolvimento.

A fim de alcançar esse objetivo, a conferência que nos reúne, graças à visão de estadista do presidente Osvaldo Hurtado, tem todas as condições de contribuir decisivamente ao elevar o nível de consciência dos problemas que nos afetam nesta grave hora e, se Deus quiser, tornar possível um consenso mínimo sobre a nossa resposta solidária à crise contemporânea. Uma resposta que contribua para a concretização de nossos ideais de ordem com liberdade e progresso com justiça.

O chanceler Saraiwa Guerreiro, falando ontem em nome do Brasil para os representantes de 33 países que participam da Conferência Econômica Latino-Americana reunida em Quito para discutir os problemas da região face à crise econômica mundial, salientou que “é paradoxal a situação em que hoje nos encontramos, sendo países pobres e estruturalmente carentes de capital, de estarmos a transferir recursos reais para o mundo desenvolvido, subsidiando-lhes a recuperação, enquanto vemos drasticamente tolhida nossa capacidade de reavivar nossas economias”. O ministro admitiu que a gravidade da situação exige sérios sacrifícios, mas afirmou que o peso do reajuste não deve cair exclusivamente sobre os países devedores.

Concentrando toda sua análise no problema angustiante do pagamento da dívida externa, vivido hoje por todos os países da região (onde esta dívida já supera a casa de 350 bilhões de dólares), Saraiwa Guerreiro pediu claramente uma imediata redução do serviço da dívida, “reduzindo-se, pelo menos, as pesadíssimas sobrecargas dos juros, se não estes mesmos”. Defendendo ainda uma política imediata de reescalonamento dos pagamentos a longo prazo.

Uma análise

O discurso do chanceler brasileiro, talvez o mais aguardado da reunião em Quito, foi uma verdadeira análise da atual situação de dificuldades vividas hoje pela América Latina, começando por destacar a importância da reunião ao dizer, na abertura:

— Pela primeira vez, em muitas décadas, encontramos-nos em período prolongado de estagnação e mesmo retrocesso econômico. Pela primeira vez em muito tempo, falta a nossos países a perspectiva do desenvolvimento. Pela primeira vez, enfim, sentimos materializarem-se, em toda sua força e extensão, os vícios e precariedades de um sistema internacional que há muito denunciávamos como instável, mas que não supuséramos pudesse vir a depositar sobre nossos ombros, de maneira tão abrupta e desproporcional, a pesada carga de suas disfunções.

Ao longo de sua fala, que durou mais de meia hora, Saraiwa Guerreiro fez uma retrospectiva econômica de década de 70, lembrando “que, pela primeira vez, atenuou-se então a vinculação estreita entre o crescimento do Norte e do Sul, deixando a expansão dos países em desenvolvimento de ser mero reflexo do crescimento do Norte”.

A dívida externa

A disparidade existente hoje nas políticas de ajustamento que só beneficiam os elementos recessivos — são fruto de pressões alheias à vontade dos países latino-americanos — também foi lembrada pelo chanceler, na ênfase especial que deu ao problema da dívida externa.

Tal recetário, formulado a partir de concepções alheias às especificidades de economias subdesenvolvidas, é aplicado de modo mecânico a países com condições econômicas e sociais distintas, e segundo regras definidas para uma conjuntura econômica internacional diversa da presente — destacou.

Sobre o mesmo tema, prosseguiu Saraiwa Guerreiro:

— O ônus do reajuste recai pesadamente sobre os países devedores, enquanto isso não se nota, infelizmente, da parte das nações credoras, medidas, no plano comercial e financeiro, à altura da responsabilidade substancial que tais nações detêm pelo futuro da economia mundial, da co-responsabilidade a que não podem furtar-se pelo problema do endividamento externo.

O chanceler, dentro da visão abrangente que procurou dar ao seu discurso, estabelecendo as ligações existentes hoje entre os problemas econômicos e os problemas sociais, prosseguiu:

— O mal-estar de nossa época está longe, porém, de ser exclusivamente econômico: tão real quanto a crise econômica que nos aflije é a crise política no relacionamento entre as nações, caracterizada pela incapacidade da comunidade internacional de deter o acúmulo avassalador de medidas unilaterais e de soluções de força.

Armas, o problema.

A análise voltou-se então para os prejuízos que a política armamentista vem acarretando à economia da América Latina. O chanceler destacou:

— De certa forma, pois, repercute sobre a economia dos países latino-americanos parte considerável de custos acarretados pela carreira armamentista.

Saraiwa Guerreiro propôs ainda que a solidariedade latino-americana permita alcançar um acordo sobre um conjunto de propostas realistas a nível regional e internacional que possa ser levado aos “países amigos do Terceiro Mundo e do mundo desenvolvido, para fazer frente à crise”.

Fez uma síntese do que seria este conjunto de proposições, dividido em quatro itens:

1) O crescimento econômico sustentado é condição indispensável para o atendimento das necessidades mínimas de nossas populações e para a estabilidade político-social de nossos países.

2) As conquistas alcançadas no processo de industrialização de nossos países em desenvolvimento devem ser preservadas, e continuados com vigor nossos esforços de capacitação autônoma em setores de importância estratégica para o desenvolvimento e a soberania nacionais.

3) A conquista de saldos comerciais crescentes pelos países devedores deve ser assegurada, principalmente, pelo crescimento das exportações, evitando-se a excessiva contração das importações.

4) É imprescindível o alívio imediato da situação do endividamento externo dos países em desenvolvimento, por alguma forma de redução do serviço da dívida, reduzindo-se, pelo menos, as pesadíssimas sobrecargas dos juros, se não estes mesmos, e fazendo-se um esforço com vistas ao reescalonamento de pagamentos em perspectiva de longo prazo, pelo aumento dos fluxos financeiros e por maior previsibilidade do acesso a recursos.

Chico Dias, enviado especial.

Críticas aos credores e ao FMI. Mas não se fala em moratória.

A disposição de estabelecer bases para um amplo diálogo entre os países latino-americanos e os governos das nações ricas, bancos credores e organismos internacionais financeiros — tendo a dívida externa como elemento central — foi a tônica dos discursos da primeira rodada de conversações da Conferência Econômica Latino-Americana, que se encerra hoje em Quito.

Ao contrário do que se esperava quando a reunião foi convocada, em nenhum momento as dificuldades vividas hoje pela região, em consequência da dívida externa e da grave crise econômica que o mundo atravessa, foram colocadas de modo contestatô-

rio entre devedores e credores. Da mesma forma, através dos discursos, ficou claro que não há vontade alguma dos países participantes formarem clubes de devedores ou fazerem um pedido coletivo de moratória.

A primeira rodada de pronunciamento — que marcou a abertura da parte política da reunião, a mais importante — foi realizada na manhã de ontem, na sede do Congresso Nacional do Equador, quando falaram, além do anfitrião, presidente Osvaldo Hurtado, o presidente da Colômbia, Belisario Betancour; o presidente da Assembléia Geral da ONU, Jorge Illuega; o vice-presidente do Peru, Fernando Schwalb; e o primeiro-ministro da Jamaica, Edward Saega.

Na sessão de gala foi lida ainda uma mensagem enviada pelo secretário-geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, expressando sua confiança nos debates da conferência e na capacidade da América Latina de superar o grave momento por que passa.

Os discursos destes chefes de Estado, bem como os pronunciamentos pelos chanceleres, apresentaram vários pontos que se caracterizam como verdadeiros denominadores comuns da região, em face às dificuldades atravessadas.

Em primeiro lugar há a preocupação geral de destacar a crise como um fenômeno inédito, que não se verificava de forma tão grave desde a quebra de 29. E este quadro,

segundo os vários pronunciamentos, está pondo em sério risco não apenas o desenvolvimento econômico, como também toda a democracia do continente.

Dos termos novos surgidos no curso dos debates e discursos prevaleceu a palavra “co-responsabilidade”, utilizada sempre para mostrar que os governos dos países industrializados, juntamente com os bancos credores e organismos financeiros, devem auxiliar a América Latina a encontrar o caminho de superação das atuais dificuldades.

Ao mesmo tempo notou-se um forte sentimento crítico por parte dos oradores, no tocante às condições exigidas para a renegociação da dívida, seja pelos grandes bancos

credores, seja pelo FMI, que privilegia um sistema de reajustes recessivos, dando uma ênfase maior ao sistema de importações com prazos de ajustamento quase sempre curtos.

A característica de prudência, mesclada com a necessidade de firmeza nas reivindicações, pode ser sintetizada na forma como o presidente Osvaldo Hurtado encerrou seu discurso, ao declarar:

— Esta não pode ser uma reunião como muitas outras, que se prenda a uma simples declaração de boas intenções. O evidente processo de maturação do continente nos leva a encontrar soluções práticas, metas alcançáveis e programas realizáveis.

(C.D.)